

Dívida pública cresceu R\$ 54,4 bilhões em 95

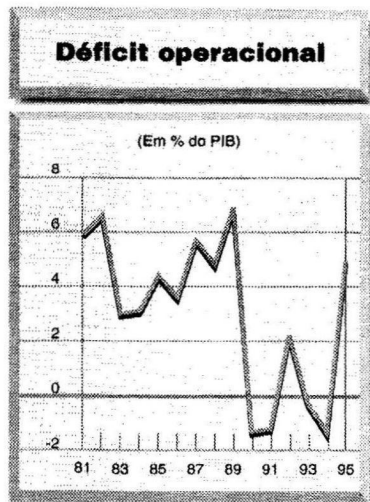
por Ivanir José Bortot
de Brasília

O endividamento líquido da União, estados, municípios e empresas estatais aumentou em R\$ 54,4 bilhões em 1995. Saiu de R\$ 153,1 bilhões em dezembro de 1994 e chegou a R\$ 207,5 bilhões em dezembro último, o que equivale a 31,6% do Produto Interno Bruto (PIB). O diretor de Política Econômica do Banco Central, Francisco Lopes, espera que esse nível seja mantido, com base em um grande esforço fiscal nas três esferas de governo.

O processo de endividamento deu origem a um déficit nominal nas contas públicas de R\$ 47,8 bilhões – ou o correspondente a 7,35% do PIB. O déficit operacional, que vinha sendo calculado pelo governo em torno de 4% do PIB, acabou atingindo 4,95%, ou seja, R\$ 32,2 bilhões, o pior resultado desde 1989.

O aumento de despesas da União com pessoal, proventos dos aposentados da Previdência Social e juros surpreendeu a equipe econômica, que esperava zerar o déficit operacional. Ao contrário, o déficit da União foi de R\$ 15,1 bilhões (2,33% do PIB), no conceito nominal, e de R\$ 10,7 bilhões, no operacional. O endividamento líquido do governo federal e do Banco Central subiu de R\$ 65,8 bilhões em 1994 para R\$ 89,9 bilhões no final do ano passado.

O endividamento da União continua ocorrendo neste ano, principalmente pelo impacto do aumento das reservas. O saldo de endividamento mobiliário atingiu R\$ 90,7 bilhões em final de janeiro, com um crescimento de 9,3% quando comparado com a posição de



Fonte: Banco Central e Centro de Informações da Gazeta Mercantil

final do ano. A elevação das reservas internacionais do Brasil para um nível de R\$ 53,5 bilhões obrigando o Banco Central a emitir papéis no mercado para enxugar a liquidez provocada pela troca dos dólares por reais.

Essa, no entanto, não é a principal explicação para o aumento da dívida e papéis públicos. Afinal, em dezembro de 1994 o saldo da dívida mobiliária federal era de R\$ 47,4 bilhões e, um ano depois, havia atingido R\$ 82,9 bilhões. Como o aumento das reservas internacionais no período limitou-se a US\$ 12,9 bilhões, tudo indica que ocorreu um endividamento do setor público, da ordem de R\$ 23 bilhões, por outras razões.

Estados e municípios, embora com uma dívida líquida inferior à da União, foram responsáveis pela geração de uma parcela substancial do déficit no ano passado. A dívida líquida dos estados e municípios subiu de R\$ 51 bi-

lhões em 1994 para R\$ 72,4 bilhões em dezembro último. Juntos, estados e municípios acumularam no ano passado um déficit nominal de R\$ 24 bilhões, ou 3,69% do PIB. No conceito operacional, o déficit ficou em R\$ 15,8 bilhões (2,43% do PIB).

O governo federal conseguiu frear, em parte, o processo de endividamento dos estados e municípios ao providenciar a rolagem de seus papéis no mercado. O Banco Central hoje vem promovendo a troca de R\$ 26,3 bilhões de papéis dessas unidades com os próprios títulos.

Como as Letras do Banco Central têm maior credibilidade no mercado do que os títulos dos estados, as taxas de juro cobradas no mercado são menores. Mesmo assim, o saldo dos títulos públicos estaduais e municipais saltou de R\$ 24,9 bilhões em dezembro de 1994 para R\$ 40,5 bilhões em janeiro último.

Em dezembro de 1995, os estados e municípios tinham uma dívida bancária de R\$ 32 bilhões, uma dívida mobiliária de R\$ 37 bilhões e um refinanciamento da dívida externa de R\$ 2,9 bilhões.

A evolução das dívidas das empresas estatais foi de apenas R\$ 8,9 bilhões no último ano. O déficit nominal das estatais acabou ficando em 1,33% do PIB e o operacional, em 0,87%.

A composição da dívida externa líquida do setor público, deduzidas das reservas internacionais, foi a seguinte: a União é responsável por um endividamento líquido de R\$ 23,4 bilhões; estados e municípios, por R\$ 2,2 bilhões; e empresas estatais, por R\$ 11,7 bilhões.